

# Parque Nacional do Caparaó: histórias de um lugar

## Parque Nacional do Caparaó: Stories of a Place

---

**Elisângela Maria Barbosa Santos**

Doutoranda em História, Universidade Federal de Minas Gerais  
Bolsista CAPES  
Rua Raul Seixas, 656, apt. 201, Manacás, BH, MG, Brasil.  
[elisangelams@yahoo.com.br](mailto:elisangelams@yahoo.com.br)

Recebido: 30 de janeiro de 2012  
Revisado: 15 de maio de 2012  
Resubmetido: 05 de agosto de 2013  
Aprovado: 22 de setembro de 2013

---

### **Resumo**

Este artigo analisa o Parque Nacional do Caparaó, localizado na divisa dos estados brasileiros de Minas Gerais e Espírito Santo. Seu objetivo é apresentar a história do processo de criação e implementação do Parque, considerando o protagonismo de três atores sociais: 1) o governo federal, que, desde os anos de 1940, apontava para a possibilidade de criação de uma área de preservação na Serra do Caparaó, mas insistia na falta de verba para realizar tal empreendimento; 2) os defensores da criação do parque, em sua maioria estudantes secundaristas e universitários da região; 3) e a população local, pessoas que moravam ou utilizavam a área para a atividade madeireira, para a criação gado e para a cafeicultura. A investigação evidenciou as formas distintas e, muitas vezes antagônicas com que um lugar pode ser representado pelos diversos atores sociais. Dessa forma, a história do Parque foi abordada levando-se em consideração a visão desses agentes e as tensões existentes entre eles.

### **Palavras-chave**

áreas naturais protegidas; Mata Atlântica; Brasil

### **Abstract**

This article analyzes the Caparaó National Park, located on the border of the Brazilian states of Minas Gerais and Espírito Santo. Your goal is to present the history of the creation and implementation of the park, considering the role of three social actors: 1) the federal government, which, since the 1940s, pointed to the possibility of creating a conservation area in the Caparaó but insisted on the lack of funds to carry out such an undertaking, 2) advocates of the creation of the park, mostly high school and college students in the region, 3) and the local population, people who lived or were using the area for logging, cattle and coffee farming. The research revealed the distinct, and often antagonistic, representation forms with which a place can be represented by various social actors. Thus, the history of the park was discussed taking into consideration the vision of these agents and the tensions between them.

### **Keywords**

protected areas; Atlantic Rainforest; Brazil



daqueles que, desde a década de 1950, se articularam em defesa da implantação de uma área de proteção na Serra do Caparaó, visando à exploração turística como forma alternativa de desenvolvimento local. Abordaremos os principais representantes desse grupo e suas articulações para a criação do Parque. O quinto tópico tem por objetivo compreender o significado da região para a população local e o tipo de relação e utilização da Serra por essas pessoas. Finalmente, a última parte busca entender a relação entre os atores durante esse processo histórico e os seus embates.

## 1. O conceito de lugar

Considerando a diversidade de significados que o Parque abriga, significados esses construídos pelos atores envolvidos em seu processo de criação e implementação (ou até mesmo antes disso, se considerarmos a população local) buscamos na Geografia o escopo teórico para entendermos o conceito de lugar e o instrumentalizarmos para o caso de Caparaó. Para tanto, baseamo-nos, principalmente, em algumas discussões realizadas pelas áreas das geografias humanística e marxista.

Embora tenham concepções diferentes acerca do conceito de lugar, ambas contrapõem-se ao positivismo, que trata de forma dicotômica sociedade e natureza. Defendem a ideia de que é justamente a relação entre sociedade/natureza o que materializa o sentido de lugar. Outro importante ponto de convergência reside no fato de entenderem o lugar como produto da experiência humana<sup>3</sup>.

Para a Geografia Humanística, o conceito possui papel de destaque e se constrói a partir das relações afetivas dos homens com o espaço ocupado. Esse se transformaria em lugar quando adquirisse definição, valor e significado para o grupo humano que o ocupa, gerando, assim, uma identificação e uma sensação de pertencimento<sup>4</sup>. Cavalcante, por sua vez, defende que “lugar é o espaço que se torna familiar ao indivíduo, é o espaço do vivido, do experienciado”<sup>5</sup>. Ou ainda, nas palavras de Buttimer<sup>6</sup>, seria “o somatório das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas”.

<sup>3</sup> Leite, Adriana Figueira. “O lugar: duas acepções geográficas,” *Anuário do Instituto de Geociência*, 21 (1998): 09-20.

<sup>4</sup> Tuan, Yi-Fu. *Espaço e lugar* (São Paulo: Difel, 1983), 151.

<sup>5</sup> Cavalcante, Lana de Souza. *Geografia, escola e construção de conhecimento* (Campinas: Papyrus, 1998), p.89.

<sup>6</sup> Buttimer, A. Hogar, “Campo de movimiento y sentido del lugar,” en Ramón, María Dolores García (org.). *Teoría y método em la geografía anlosajona* (Barcelona: Ariel, 1985), 228.

A geografia marxista lida com o conceito de lugar preocupada em analisar a relação global/local e o campo de embate entre as classes. Damiani<sup>7</sup>, por exemplo, demonstra como as vivências cotidianas podem nos remeter a uma compreensão do global. Carlos<sup>8</sup> afirma que “O lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular”. Segundo Cavalcante<sup>9</sup>, lugar seria onde se manifestaria a globalização e as resistências a ela. Ao mesmo tempo, sofreria transformações causadas pela própria globalização. Lugar representaria, então, “o ponto de articulação entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento<sup>10</sup>”.

Na relação local/global, Milton Santos pondera que o lugar seria a oportunidade do evento, conservando, portanto, uma autonomia em relação ao “projeto dos atores hegemônicos”. Santos caracteriza lugar de uma forma que contempla bem as questões discutidas nesse artigo. Para o autor, o conceito “constitui a dimensão da existência que se manifesta através de um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas, instituições onde cooperação e conflito são a base da vida em comum<sup>11</sup>”.

Social e culturalmente apreendido, um lugar pode ter significados múltiplos, dependendo dos sujeitos que com ele interagem e da relação que estabelecem uns com os outros. O tema deste artigo é a variedade de significados formados a partir deste misto de cooperação e conflito, compartilhado pelos diversos atores históricos na Serra do Caparaó, lugar que vamos aqui analisar.

## **2. Aspectos naturais do Parque Nacional do Caparaó<sup>12</sup>**

A área do parque apresenta um clima tropical de altitude, com temperatura média de 19 a 22°C. A pluviosidade gira em torno de 1.000 a 1.200 mm anuais, sendo que entre os meses de abril e julho as chuvas são mais escassas, o que torna esse período mais propício para excursões turísticas ao Pico da

<sup>7</sup> Damiani, Amélia Luisa. “O lugar e a produção do cotidiano,” in Carlos, Ana Fani (org.). *Novos caminhos da geografia* (São Paulo: Contexto, 1999), 164.

<sup>8</sup> Carlos, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo* (São Paulo: FFLCH, 2007), 14.

<sup>9</sup> Cavalcante, *Geografia*.

<sup>10</sup> Carlos, *O lugar*, 14.

<sup>11</sup> Santos, Milton. *A natureza do espaço* (Edusp: São Paulo, 2002), 163.

<sup>12</sup> Valverde, Orlando. “Estudo regional da zona da mata de Minas Gerais,” *Revista Brasileira de Geografia*, 20, 1 (1958): 03-88.

Bandeira, ponto culminante da Serra do Caparaó, com 2890 metros. O relevo é fortemente ondulado, predominando altitudes entre 1500 e 2000 m.

O Parque possui numerosos rios perenes, de pequeno e de médio porte, que, devido à topografia, apresentam forte declividade, favorecendo a ocorrência de quedas d'água. A vegetação característica é de Floresta Pluvial Tropical, mas constitui uma formação de origem secundária ou remanescente, em vários níveis de regeneração. A fauna, característica de região de Mata Atlântica, foi reduzida com o passar dos anos. Atualmente são encontrados pequenos animais como gambá, cuíca, tapiti, paca, caxinguelê, tatu, irara, dentre outros. Além deles, podem ser vistas aves comuns de grande parte do Brasil, bem como espécies em extinção, como o macaco mono, a jaguatirica, a onça-pintada e o gato-mourisco<sup>13</sup>, o que reforça a importância da preservação dessa área.

### 3. O governo federal e o parque: dos estudos iniciais a sua efetiva implementação

O parque nacional<sup>14</sup> é uma das formas mais conhecidas de Unidade de Conservação - UC<sup>15</sup> no mundo contemporâneo. Esse conceito foi esboçado pelo americano George Catlin, em 1830<sup>16</sup> e, desde então, muitas áreas protegidas foram instituídas. No entanto, a criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, em 1872, representou o marco fundamental no que diz respeito à concepção de áreas de preservação imbuídas do pressuposto “da socialização das belezas cênicas existentes nesses territórios, por toda população”<sup>17</sup>, proibindo-se uso direto dos recursos naturais do

<sup>13</sup> IBDF, *Plano de Manejo*.

<sup>14</sup> A definição de Parque Nacional sofreu diversas modificações. Atualmente, pela nova definição do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), “Art. 11 Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, na recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.” BRASIL. LEI nº 9.985, de 18 de junho de 2000.

<sup>15</sup> Cf. Art. 2º, Inciso I, unidade de conservação é definida como “(...) espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.” BRASIL. LEI nº 9.985, de 18 de junho de 2000.

<sup>16</sup> As discussões sobre a criação de parques nacionais tiveram início no século XIX e os Estados Unidos foram os primeiros a estabelecer áreas de preservação nos moldes atuais. Para saber sobre o assunto, ler: Quintão, Ângela Tresinari Bernardes. “Evolução do conceito de Parques Nacionais e sua relação com o processo de desenvolvimento,” *Brasil Florestal*, Brasília, 54 (1983): 13- 28; Milano, Miguel Serediuk. “Por que existem as unidades de conservação?” in \_\_\_\_\_. *Unidades de conservação: atualidades e tendências* (Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002), 193- 208.

<sup>17</sup> Brito, Maria Cecília Wey de. *Unidades de conservação: intenções e resultados* (São Paulo: Annablume, 2000).

lugar, quaisquer que fossem – florestal, mineral, animal. Além disso, não era permitida a presença de moradores em seu interior.

Em 1876, André Rebouças<sup>18</sup> propôs a criação de dois parques nacionais no Brasil. Entretanto, somente em 1937 seria constituído o primeiro parque nacional brasileiro, o de Itatiaia, sob a base legal do artigo 9º do Código Florestal de 1934. Os parques nacionais eram então definidos como “monumentos públicos naturais, que perpetuam, em sua florística primitiva, trechos do país que, por circunstâncias peculiares o mereçam<sup>19</sup>”.

Essas áreas protegidas, além de locais de lazer para os habitantes das grandes cidades e de atender às instituições científicas<sup>20</sup>, tinham uma intenção pedagógica: ensinar a amar a natureza, assim como se deveria amar a pátria<sup>21</sup>.

Até a década de 1960, essa legislação serviu de referência no trato das áreas de preservação no Brasil. Em meio a discussões<sup>22</sup> para a criação do novo Código Florestal, aprovado em 1965, o governo federal determinou a criação do Parque Nacional do Caparaó em 1961. Nesse mesmo ano outros sete parques foram instituídos. No entanto, antes mesmo da Serra do Caparaó emergir na pauta política, ela já atraía cientistas interessados em pesquisar sua fauna e sua flora, devido ao fato de abrigar o Pico da Bandeira, o mais alto do Brasil até a década de 1960, quando da medição do Pico da Neblina, na Amazônia.

A primeira expedição científica de que há registro é da década de 1880, quando o botânico Schwacke realizou uma excursão ao Caparaó, com a finalidade de estudar a flora e a fauna locais. Em seu relato, reclamava que até recente data “não podia se conhecer a Serra devido às hordas de índios

<sup>18</sup> André Rebouças foi uma figura de destaque para a história brasileira. Formado em engenharia, atuou como engenheiro militar na guerra do Paraguai e ficou conhecido por sua luta abolicionista durante o período imperial. Para saber mais sobre Rebouças, ler: Carvalho, Maria Alice Rezende de. *O quinto século, André Rebouças e a construção do Brasil* (Rio de Janeiro: Revan, Iuperj, 1998); Trindade, Alexandro Dantas. *André Rebouças: um engenheiro do Império* (São Paulo: Editora Hucitec, 2011).

<sup>19</sup> BRASIL. Leis, Decretos, etc. Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. “Institui o Código Florestal,” in *Código Florestal Brasileiro*. (São Paulo, 1958).

<sup>20</sup> Drummond, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro* (Niterói: EDUFF, 1997).

<sup>21</sup> Duarte, Regina Horta. “Nature and Historiography in Brazil, 1937-1945,” *Iberoamericana* (2003): 23-36.

<sup>22</sup> Discussões iniciadas ainda na década de 1950.

que a atravessavam”<sup>23</sup>. Durante o século XIX, a maioria das populações indígenas da região foi encaminhada para os aldeamentos, principalmente na região de Manhauçu<sup>24</sup>.

Em 1911, outro pesquisador descreveu a Serra, analisando o ambiente natural e os percalços da subida. Para ele, a existência de poucas pesquisas sobre a região tornava esse empreendimento importante<sup>25</sup>.

Um exame mais acurado dos dois textos (da década de 1880 e de 1911) nos mostra que tratam de estudos científicos sobre as riquezas naturais. Relevante era estudar a região e produzir conhecimento sobre ela mas não a discussão sobre a necessidade de preservá-la.

Em 1922, podemos observar uma mudança de postura com a vinda de uma missão belgo-brasileira. Pesquisadores representantes destes dois governos visitaram primeiramente a região do Itatiaia e, posteriormente, a Serra do Caparaó, realizando estudos comparativos entre as duas regiões. O objetivo principal era o de conhecer os aspectos naturais da Serra. Porém, apontavam também para a necessidade de se conservar aquele patrimônio, por meio da criação de uma reserva protegida nos moldes do Itatiaia.

Consideramos o Caparaó uma região rica e privilegiada, que deve ser conservada *integralmente*, protegendo assim a sua flora e sua fauna da devastação pelo fogo e pelo machado<sup>26</sup>.

No início da década de 1940, o Serviço Florestal – órgão federal brasileiro responsável pela questão ambiental na época – realizou uma excursão visando mapear cientificamente a Serra do Caparaó<sup>27</sup>. Como resultado, produziram um minucioso relatório que, apesar de não mencionar a importância de se preservar a região, enfatizava o quanto a Serra já havia sido devastada.

Árvores mortas, troncos queimados ou resíduos somente indicam hoje a vasta extensão de valiosas matas anteriormente existentes e inutilmente devastadas<sup>28</sup>.

<sup>23</sup> Derby, Orville A. “Os picos altos do Brasil,” *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, V e VI (1889-1890): 129-149 e 69-70, respectivamente.

<sup>24</sup> Sobre esses aldeamentos, ler: Cunha, Manuela Carneiro da (org.) *História dos índios no Brasil* (São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, 1992).

<sup>25</sup> Senna, Nelson de. *A terra mineira* (Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926). Tomo I e II. O autor não especifica o nome do pesquisador.

<sup>26</sup> “Missão belgo-brasileira em excursão nos campos de Caparaó,” *O Carangola*, Carangola, Brasil, 17 fevereiro 1922.

<sup>27</sup> Brade, Alexander Curt. “Excursão a Serra do Caparaó,” *Rodriguésia*, 6, 15 (1942): 87-92.

<sup>28</sup> Brade, *Excursão*, 91.

De posse desse relatório, o Serviço Florestal nomeou, em 1948, o administrador do Parque Nacional Serra dos Órgãos como responsável tanto pela análise das possibilidades da criação de um parque nacional na Serra do Caparaó, quanto pelas negociações que se fizessem necessárias para tal. Contudo, o chefe desse órgão, Renato Domingues, deu parecer desfavorável, alegando falta de recursos financeiros, e pediu o adiamento da proposta.<sup>29</sup>

Em 1961, o Parque Nacional do Caparaó foi oficialmente instituído. Isso, contudo, significou pouco. Sua existência, num primeiro momento, se deu apenas no decreto, já que até 1978 ele ainda não havia sido implementado. Somente no final da década de 1970 iniciaram-se os trabalhos de levantamento topográfico e cadastramento de moradores do interior do Parque, visando à demarcação oficial da sua área. Por último, foi feita a regularização fundiária de parte do território e sua desocupação<sup>30</sup>. Em 1979, o Parque foi efetivamente implantado.

Com a criação do IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – em 1967, a administração dos parques nacionais brasileiros passou a ser sua responsabilidade. Todavia, mesmo com a participação do Brasil, durante as décadas de 1960 e 1970, em diversas conferências internacionais sobre a conservação do meio ambiente e das áreas de preservação, agora “mais explicitamente do que antes, parques e reservas brasileiros caíam sob a égide de um órgão produtivista”<sup>31</sup> ao melhor estilo do período desenvolvimentista que o país atravessava.

Na época do IBDF (...) ele era um órgão responsável pelo desenvolvimento a qualquer custo, mas também era o órgão responsável pela proteção, (...) por causa disso a dificuldade.<sup>32</sup>

Esse depoimento reflete a visão reinante, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, com relação ao meio ambiente. O país era valorizado de acordo com o seu grau de desenvolvimento e este

<sup>29</sup> Pádua, Maria Tereza Jorge de; Coimbra, Ademar F. *Os parques nacionais do Brasil*. (Coleção: A natureza na Iberoamérica. Instituto de Cooperação Iberoamericana, Edição Especial. Brasília: IBDF, 1979).

<sup>30</sup> IBDF, *Plano de Manejo*.

<sup>31</sup> Drummond, José Augusto. “Legislação Ambiental brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo,” *Revista Ambiente e Sociedade*, II, 3 (1998-1999): 140.

<sup>32</sup> Entrevista com LM, Funcionário do PNC, 2002. Todas as entrevistas fazem parte do arquivo do “Projeto Caparaó: construção de uma comunidade de aprendizagem” e estão sob a responsabilidade do antigo coordenador do projeto, professor Marcos Antônio Nicácio, no Colégio Técnico da UFMG – COLTEC. Por uma questão de sigilo, os nomes dos entrevistados não aparecem nesse artigo, apenas um conjunto de três letras que visa identificar e diferenciar um depoente do outro.

era medido pela produção, pela tecnologia e pelo uso que fazia de seus recursos. Derrubar florestas tropicais e em seu lugar erguer plantações de florestas homogêneas<sup>33</sup> ou investir em monoculturas, serrarias e carvoarias indicava sinal de progresso e de desenvolvimento. Todas essas ações contavam com a imediata aprovação do IBDF<sup>34</sup>. Além disso, fraudes e corrupção no interior deste órgão colaboravam para o aumento do desmatamento<sup>35</sup>.

Apesar de toda essa movimentação internacional em relação à preservação ambiental e da criação da Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, em 1973, no período entre 1962 e 1978, foram criados apenas três parques nacionais – Amazônia, Bocaina e Canastra<sup>36</sup>. Mesmo com o estabelecimento de medidas para unir desenvolvimento à proteção ambiental, definidas pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), esses anos conheceriam um momento de estagnação da política ambiental<sup>37</sup>.

Até o final da década de 1980, tanto a implantação quanto a gestão das unidades de conservação se deram de forma alheia aos processos regionais de desenvolvimento e aos anseios das populações locais. Eram ilhas de conservação completamente descontextualizadas e desarticuladas do seu entorno.

Neste contexto, as UCs acabavam sendo consideradas corpos estranhos ao tecido da paisagem regional, gerando ações de resistência por parte da população afetada e posturas de desconfiança por parte dos administradores das áreas. Entretanto, a experiência internacional com as UCs tem deixado cada vez mais claro que o destino das UCs está ligado ao suporte e, portanto, ao destino das populações locais<sup>38</sup>.

Em relação ao Caparaó, ALS, antigo diretor do parque acredita que:

da década de 1960 ao final da década de 1980 havia uma tendência do gerente da área tratar aquilo como uma ilha, isolado, comunidade lá e ele aqui, intocável.(...) A obrigação dos funcionários era zelar por tudo o que estava dentro daquele parque e impedir qualquer intervenção

<sup>33</sup> FEAM. *A questão ambiental em Minas Gerais: discurso e política* (Belo Horizonte: FEAM, SEMAD, FJP, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998). O decreto-lei nº 71.134 de 1970 dava 50% de desconto em impostos para projetos apoiados pelo IBDF.

<sup>34</sup> Sabemos que a principal missão do IBDF seria solucionar o problema da demanda de madeira do mercado, por isso o incentivo à plantação de florestas homogêneas para fins comerciais a fim de preservar trechos das florestas nativas. O que se critica aqui é a prática de desmatar trechos de florestas nativas para plantação de florestas homogêneas para receber incentivos oferecidos pelo IBDF. A falta de normatização, controle e fiscalização incentivariam o desmatamento ao invés de reprimi-lo.

<sup>35</sup> Dean, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira* (São Paulo: Cia das Letras, 1996).

<sup>36</sup> Drummond. *Legislação ambiental brasileira*, 140.

<sup>37</sup> Quintão, *Evolução do conceito de parques nacionais*, 13-28.

<sup>38</sup> Brito, Maria Cecília Wey de. "Unidades de conservação: intenções e resultados," in Veiga, José Eli (org.). *Ciência ambiental: primeiros mestrados* (São Paulo: Annablume, FAPESP, 1998), 224.

de fora. Era como se para olharmos para o parque tivéssemos de dar as costas para as cidades do entorno.<sup>39</sup>

Com a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais –IBAMA – em 1989, e com a própria mudança ideológica que ocorrera em nível internacional<sup>40</sup>, foi incorporada ao órgão a preocupação de inserir as áreas de preservação nos contextos históricos e geográficos em que estavam inscritas<sup>41</sup>. A partir de um processo de mudança de cultura institucional, o IBAMA assumiu uma nova atitude em relação aos moradores vizinhos de áreas preservadas<sup>42</sup>.

Acho que mais ou menos desde o final da década de 1980; a gente já começou a visitar escolas, sem recursos, sem material. A gente (...) plantava árvores em volta das escolas, como uma coisa simbólica. Fazia palestras despertando já a consciência dessas crianças quanto à preservação do Parque.<sup>43</sup>

Como podemos perceber, essa transformação também teve consequência na gestão dos parques. Funcionários, antes treinados apenas para cuidar das fronteiras das unidades de conservação, agora deviam se preocupar também em estabelecer bons vínculos com as comunidades do entorno, visando à melhoria da convivência entre ambos e o aumento da preservação ambiental local.

#### 4. Movimentos locais pela criação do parque

Movimentos em defesa da criação do parque podem ser observados desde a década de 1950. Inimá Novais de Campos, à época vereador de Espera Feliz (município ao qual pertencia Alto Caparaó), constituiu-se figura de destaque. Apoiado por colaboradores, Campos estudou a região, deixando registrado tudo o que pudesse servir para justificar a criação de um parque na Serra<sup>44</sup>. Buscou respaldo político de vários mandatos presidenciais, com vistas a realizar o seu intento. Contudo, o governo federal sempre negava seus pedidos, alegando falta de recursos orçamentários.

<sup>39</sup> Entrevista com ALS, ex-diretor do PNC, 2001.

<sup>40</sup> Diegues, Antônio Carlos S. *O mito moderno da natureza intocada*. 2. ed. (São Paulo: HUCITEC, 1998).

<sup>41</sup> Pádua e Coimbra, *Os parques nacionais do Brasil*.

<sup>42</sup> Manningel, Elke; Paraíso, Luciana Braga; Parreiras, Charles Pierre. "Participação como estratégia para resolução de conflitos na gestão de três unidades de conservação ambiental da Mata Atlântica em Minas Gerais, Brasil," in *III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Anais* (Fortaleza: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002), 433-442.

<sup>43</sup> Entrevista com MBE, Funcionário do PNC, 2002.

<sup>44</sup> "Capixabas e mineiros querem Parque Nacional no Caparaó," *O Globo*. Rio de Janeiro, Brasil, 02 setembro 1958.

Outra ação que merece destaque é a empreendida pela Associação de Moços de Presidente Soares – AMPS<sup>45</sup>, constituída por um grupo de estudantes de Presidente Soares, atual Alto Jequitibá, em 13 de junho de 1956. Sua principal intenção era mobilizar os jovens da comunidade em prol do desenvolvimento do município e da melhoria da qualidade de vida<sup>46</sup>. Os fundadores eram, principalmente, descendentes de alemães, de origem protestante. O associativismo foi historicamente cultivado por protestantes, especialmente calvinistas<sup>47</sup> e a AMPS, provavelmente, teria sido influenciada por esses valores. Mantinham uma estreita ligação com o Rio de Janeiro, devido às raízes que possuíam naquele estado<sup>48</sup>. A Estrada de Ferro Leopoldina ligava a Zona da Mata mineira ao Rio de Janeiro. “Os vagões substituíram as antigas tropas de muares e a comunidade passou a sofrer influência direta da cultura litorânea”.<sup>49</sup>

Em 1958, como um desdobramento da AMPS, foi constituído o Departamento de Excursionismo. A resultante mais importante foi o apoio à criação de uma área de preservação na Serra do Caparaó. Por trás da ideia de preservação, estava o interesse em atrair visitantes, pois, muitos acreditavam que o turismo traria novas divisas para a região e diminuiria a dependência da economia cafeeira.

A AMPS... Eles pensavam também no turismo, no desenvolvimento da nossa região. Então eles achavam que com a criação do Parque, haveria uma divulgação, as pessoas viriam para cá, haveria melhoria nas estradas. Haveria pousadas, hotéis, restaurantes; então ia trazer dinheiro para a região. Evitava a monocultura, que naquela época já era o café também.<sup>50</sup>

De acordo com Drummond, numa “sociedade relacional” como a brasileira, as relações pessoais são fundamentais para alcançar certos objetivos<sup>51</sup>. Diante desse cenário, defensores da criação do parque buscavam, por meio de articulações com a imprensa, novas adesões em torno desse objetivo. Ao mesmo tempo, promoviam manifestações, palestras, excursões visando dar destaque à necessidade de

<sup>45</sup> “Em Presidente Soares, ‘moços’ tem associação,” *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Brasil, 17 outubro 1958.

<sup>46</sup> Análise de entrevistas realizadas com antigos funcionários do PNC e ex. membros da AMPS, 2002, “Projeto Caparaó” – COLTEC/UFGM. Entrevistas nº 02, 08, 09, 18, 31, 46, 50, principalmente.

<sup>47</sup> Souza. Jessé, (org.). *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira* (Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999).

<sup>48</sup> Descendentes de alemães que migraram para a Zona da Mata mineira advinham da região serrana do Rio de Janeiro, principalmente de Nova Friburgo e Cantagalo. Eram, em sua maioria, ex. luteranos convertidos presbiterianos em Minas Gerais.

<sup>49</sup> Mercadante, Paulo. *Crônica de uma comunidade cafeeira. Carangola: o Vale e O Rio* (Belo Horizonte: Itatiaia, 1990), 16.

<sup>50</sup> Entrevista com MBE, funcionário do PNC, 2002.

<sup>51</sup> Barbosa, Livia Neves de Holanda e Drummond, José Augusto. “Os direitos da natureza numa sociedade relacional: reflexões sobre uma nova ética ambiental,” *Estudos Históricos*, 7, 14 (1994), 265-289.

preservação da Serra <sup>52</sup>. Além disso, o vereador Inimá Campos, a AMPS e outros grupos excursionistas procuravam o apoio dos representantes das Assembleias Legislativas estaduais e do Congresso Nacional. Buscavam, assim, o respaldo que julgavam necessário na defesa de seus interesses.

Em 1960, em uma visita de campanha a Manhumirim, município próximo à Serra do Caparaó, Jânio Quadros, então candidato à presidência da República, conversou com um grupo de excursionistas da AMPS e da cidade de Alegre, no Espírito Santo, que buscavam convencê-lo da importância da criação do novo parque. De acordo com os depoentes, Jânio ouviu atentamente as explicações dos jovens:

depois que acabamos de expor nossas ideias, o Jânio disse: Escreve isso aí num papel. Nós escrevemos e o entregamos e sabe o que ele fez? Embolou o papel e jogou no bolso, pensei que nunca mais ele pensaria no assunto, mas, para a surpresa de todos, no ano seguinte o Parque estava decretado.<sup>53</sup>

Em 15 de junho de 1960, um dos fundadores da AMPS foi informado pelo Serviço Florestal que deveria viajar para o Rio de Janeiro a fim de discutir a respeito da criação do Parque e das áreas que este abrangeria<sup>54</sup>. Provavelmente, o governo tencionava aproveitar a participação de pessoas da região para, assim, concluir o projeto de constituição de uma nova área de preservação na região que, como vimos, já era discutido desde a década de 1940 pelo governo federal.

Em 24 de maio de 1961 o Parque estava criado. Contudo, a verba para a implementação só sairia na década seguinte. Em 1965, a AMPS<sup>55</sup> passou a denunciar o cenário de abandono em que se encontrava<sup>56</sup>.

Entre 1961 e 1978, o seu processo de constituição ficou praticamente paralisado. No entanto, no final da década de 1970, o governo acenou para a possibilidade de uma implantação efetiva <sup>57</sup>.

Em 1977, vislumbrando sua verdadeira implementação, um dos fundadores da AMPS iniciou o projeto de construção de um hotel no então Arraial de Alto Caparaó, próximo à entrada do Parque. Dois anos depois, o hotel foi inaugurado.

<sup>52</sup> “Pico da Bandeira, o maior,” *O Globo*, Rio de Janeiro, Brasil, 06 junho 1961.

<sup>53</sup> Entrevista com SG, um dos fundadores da AMPS, 2002.

<sup>54</sup> Telegrama enviado pelo Serviço Florestal a um dos fundadores da AMPS, 15 junho 1960.

<sup>55</sup> Essa foi a última notícia divulgada a respeito da atuação da AMPS que tivemos acesso. A Associação, aos poucos, se desfez e seus membros tomaram diferentes caminhos.

<sup>56</sup> “Parque é só promessa no Caparaó,” *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Brasil, 26 setembro 1965.

<sup>57</sup> As primeiras desapropriações aconteceram no então distrito de Alto Caparaó (pertencente nessa época a Caparaó).

Aqui não tinha estrada, não tinha acesso nenhum! Eu lembro quando começou a construção desse hotel; foi uma verdadeira epopeia! E hoje está aí tem asfalto, tem infraestrutura, o Parque foi criado, está completando a implantação da sua infra. Mas no princípio todo mundo achou uma loucura! Como podia construir um hotel daqueles num fim de mundo.<sup>58</sup>

De certa maneira, os anseios dos excursionistas que viam no turismo uma alternativa à monocultura foram concretizados. Na época da construção do hotel muitos não acreditavam que ele seria rentável. Entretanto, ainda hoje ele continua sendo o de melhor reputação e de maior rendimento no lado mineiro da Serra do Caparaó<sup>59</sup>.

## 5. A população local e a Serra do Caparaó

Desde o início do povoamento (final do século XIX), a população de Alto Caparaó era composta, majoritariamente, por descendentes de imigrantes europeus que saíram das regiões de Cantagalo e de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, em busca de terras férteis na região leste de Minas Gerais.

Inicialmente, a perspectiva que tinham em relação à região estava voltada, principalmente, para a possibilidade de uso dos seus recursos naturais. Porém, à medida que se estabeleceram na terra, foram criando laços que ultrapassavam uma visão utilitarista, uma vez que as práticas de utilização dos recursos naturais possibilitaram novas relações com a terra e com as pessoas que não passavam pela esfera econômica.

Analisamos a relação da população local com a Serra do Caparaó a partir das três principais formas de utilização da terra: a exploração madeireira, a criação de gado e a plantação de café. Isso não significa que não existiram outras, nem que elas não fossem importantes. Contudo, foram essas três as que mais marcaram a história e a paisagem da região onde está localizado o Parque Nacional do Caparaó. Examinamos como essas práticas influenciaram o entendimento dessas pessoas em relação à região, desde o final do século XIX até a saída definitiva dos moradores do seu interior do Parque, no final da década de 1970.

Em nossa análise, a compreensão da região ultrapassa sua dimensão física, embora ela também seja considerada. Conforme afirma Freyre, em uma região deve-se considerar “o que há nelas de efeito

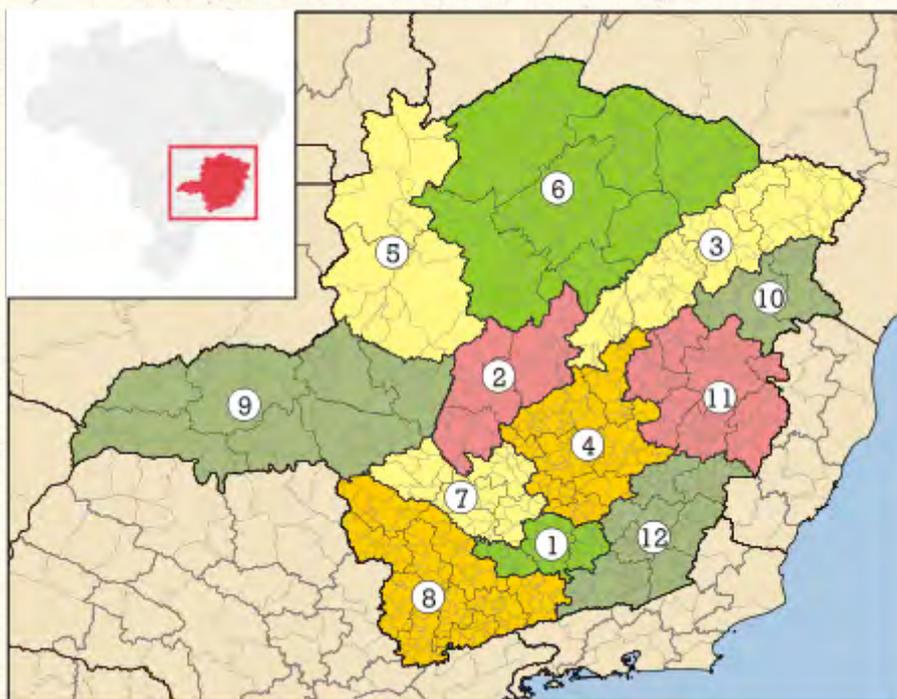
<sup>58</sup> Entrevista com LM, funcionário do PNC, 2002.

<sup>59</sup> Análise de entrevistas realizadas com moradores de Alto Caparaó e ex. membros da AMPS, 2001 e 2002, “Projeto Caparaó” - COLTEC/UFMG, Entrevistas 04, 05, 07, 26, 31, 35, principalmente.

ou criação de influências humanas, isto é, históricas e de cultura, limitadas, é claro, pelas condições regionais de clima, de solo, de vegetação, de topografia, de vida animal”<sup>60</sup>. É a partir dessa perspectiva que focaremos a relação da comunidade com a região habitada.

### 5.1. A exploração madeireira

Desde meados do século XIX, a exploração madeireira fora uma grande motivação para a chegada de novos habitantes para a Zona da Mata Mineira (figura 2), principalmente pela existência de madeiras consideradas nobres<sup>61</sup>.



**Figura 2.** A mesorregião da Zona da Mata (12) é composta por cento e quarenta e dois municípios e se divide em sete microrregiões. O Parque Nacional do Caparaó está inserido na microrregião de Manhuaçu.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista\\_de\\_mesorregi%C3%B5es\\_de\\_Minus\\_Gerais](http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_mesorregi%C3%B5es_de_Minus_Gerais). Consulted 15 april 2013.

Entretanto, antes mesmo de o negócio com a madeira se tornar lucrativo, os moradores já a utilizavam na confecção de casas e de objetos de trabalho, como o carro de boi, o carretão, os engenhos, os moinhos e os teares. Praticamente todo o maquinário era produzido com madeira, podendo

<sup>60</sup> Freyre, Gilberto. *Nordeste* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1937), XXIII.

<sup>61</sup> Dean, *A ferro e fogo*.

nos dar indícios da síntese entre cultura e natureza e da inter-relação entre o homem e o meio ambiente<sup>62</sup>.

A instalação da Companhia Ferroviária Leopoldina Railway em Manhuaçu (figura 3), e, posteriormente, em Caparaó, impulsionou a exploração madeireira visando à exportação na região, pois possibilitou o transporte mais fácil e rápido da madeira até o litoral.



**Figura 3.** Microrregião de Manhuaçu.

Fonte: [http://www.citybrazil.com.br/mg/microregiao\\_detalle.php?micro=61](http://www.citybrazil.com.br/mg/microregiao_detalle.php?micro=61). Consulted 15 april 2013.

A extração madeireira foi a primeira atividade econômica voltada para o mercado externo na região de Caparaó.

Tinha muita madeira; cedro, ipê, peroba, toda espécie de madeira boa! E eles tiravam as toras muito grossas e levavam no carretão (...) Eles a acarretavam no carretão, punham dez, doze juntas de bois (figura 4) (...) punham (...) até vinte, trinta juntas, puxavam e iam embora! (...) Então, acabaram com as madeiras! As outras menores que tinham foram tiradas todas por serradores; serrando para dormentes da estrada (de ferro)!<sup>63</sup>

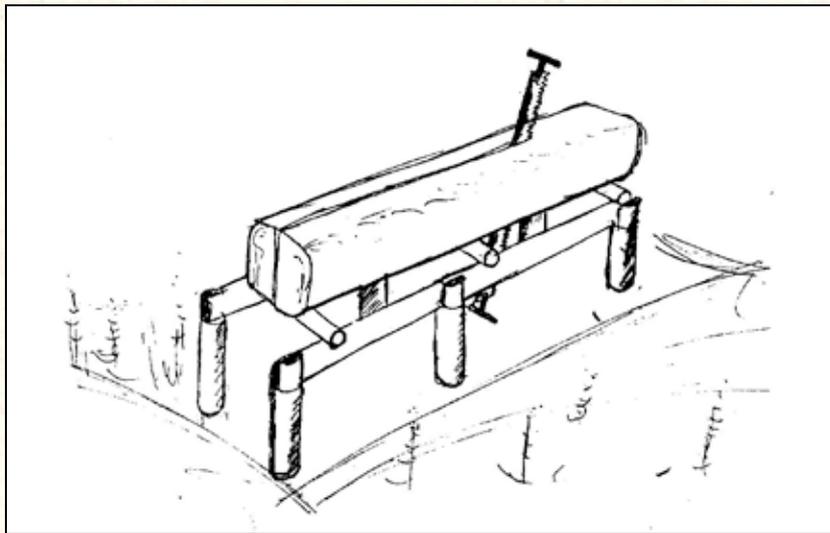
<sup>62</sup> Freyre, *Nordeste*, XXIII.

<sup>63</sup> Entrevista com GSV, *morador de Alto Caparaó*, 2002.



**Figura 4.** Muitas juntas de boi eram necessárias para carregar um único pedaço de tronco. Década de 1940.  
Fonte: Acervo do “Projeto Caparaó” - COLTEC/UFMG.

O trabalho com a madeira era rudimentar e, muitas vezes, perigoso. Utilizavam como principais ferramentas o machado e o estaleiro (figura 5), sendo este construído dentro da mata, para facilitar o corte da madeira em pedaços menores, por meio de uma grande serra na vertical, trabalhada por duas pessoas.



**Figura 5.** Modelo de estaleiro construído dentro das matas da Zona da mata, usado para cortar madeira.

Fonte: Acervo do “Projeto Caparaó” - COLTEC/UFMG.

Posteriormente, a madeira era arrastada para fora da mata, nos caminhos mais largos onde os animais conseguiam chegar. De acordo com os depoentes, apesar de um trabalho arriscado, era realizado inclusive por mulheres e crianças.

Eu era uma menina que fazia serviço de homem, eu puxava dormentes. (...) Meu pai serrou muito ipê e fez dormentes para essas linhas de ferro que tinha aqui. (...) Eu pegava aquilo pesado mais o meu irmãozinho menor do que eu; colocava aquilo nas cordas, na cangalha, para trazer para

levar para as estradas de ferro! Meu pai derrubou muitas matas aí! Naquele tempo ninguém sabia que não podia, não é? Mas podia. Pois é, mas... eu acho que não devo falar mais; devo? Pode falar? <sup>64</sup>

A memória é uma construção feita sempre a partir do olhar atual, o tempo presente afeta a forma como enxergamos o passado.<sup>65</sup> Notamos, como elemento comum, o modo como os moradores se policiam ao falar sobre a derrubada das árvores. Na época em que aconteceram os desmatamentos, não havia constrangimento. Hoje, porém, como essa prática é condenável, passaram a temer o julgamento social. Durante o processo de entrevista, foram inúmeros os pedidos para desligar o gravador enquanto abordávamos o assunto. Era como se o presente condenasse o passado e redimensionasse os valores.

A exploração madeireira teve duração do início do século XX à década de 1970, aproximadamente. Apenas após a quase extinção das espécies mais valiosas é que ela deixou de existir. Depois da década de 1950, praticamente não se via mais essas árvores na região, alterando sobremaneira a sua paisagem<sup>66</sup>:

Ah, a madeira, acabou quase tudo! O Parque demorou a entrar aqui e eles devassaram mesmo! Cedro, peroba, iihhh, saíram muitos carretões de peroba daqui. <sup>67</sup>

Ficou evidente no processo de pesquisa que o Parque Nacional do Caparaó, uma vez criado, tornou-se um empecilho para a retirada de madeira da Serra. No entanto, por meio do estudo da paisagem e de fotografias antigas, pudemos perceber que grande parte das árvores consideradas nobres já havia sido retirada antes mesmo de sua criação.

## 5.2. Campo ou parque?

Outra atividade econômica realizada na Serra do Caparaó foi a criação de gado. Como a cidade era dividida em pequenos sítios, não havia espaço para pasto dentro das propriedades. Como consequência, desde o final do século XIX, a Serra, conhecida como Campo, era vista como um grande

<sup>64</sup> Entrevista com VRN, moradora de Alto Caparaó, 1992.

<sup>65</sup> Alberti, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral* (Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2004).

<sup>66</sup> Valverde, *Estudo regional*, 03-88.

<sup>67</sup> Entrevista com JLM, morador de Alto Caparaó, 1992.

pasto coletivo. Para não haver problemas com a troca ou com a mistura das criações, todos os animais eram marcados a ferro e identificados com a marca do dono<sup>68</sup>.

Analisando as leis de uso e de ocupação do Campo, podemos dizer que funcionavam de uma forma análoga aos “direitos costumeiros” descritos por Thompson<sup>69</sup>, ao tratar dos costumes da plebe inglesa no século XVIII. Como na Inglaterra, aqui também havia normas e valores produzidos fora do âmbito positivo da lei. Em outras palavras, mesmo que as regras básicas de utilização da Serra do Caparaó não estivessem registradas, podemos dizer que estavam introjetadas pela comunidade e, na maioria das vezes, eram respeitadas.

Eles levavam o gado lá para a montanha. Marcavam o gado com ferro quente, para não misturar a criação. Porque todos levavam, que lá é do governo, então a montanha aí o povo não pagava nada.<sup>70</sup>

A maior parte das terras utilizadas como pasto era devoluta. No entanto, não havia nenhum controle governamental, nem cobrança de taxas.

Estudando melhor os aspectos naturais da região, pudemos perceber que o Campo, além de oferecer pasto gratuito e rico em nutrientes, contava com um clima frio e uma altitude na qual o oxigênio é mais rarefeito, tornando-se, assim, um lugar propício para o controle da infestação dos animais por bernes, pulgas e carrapatos.

Lá, o gado, não dava aquele bicho que dá: o berne, então o gado ficava limpinho. É o clima! E lá muito alto, então esses bichinhos não prosperavam! Caíam todos.<sup>71</sup>

Para os cuidados com o gado, organizou-se uma espécie de rodízio. Os criadores se revezavam no trato dos animais e na construção e na manutenção de ranchos usados como abrigos contra o frio intenso. Esses lugares tornaram-se espaços de sociabilidade, onde os criadores se encontravam para contar “causos” e para trocar experiências<sup>72</sup> (figura 6). Os laços de solidariedade se solidificavam e

<sup>68</sup> Análise de entrevistas realizadas com moradores de Alto Caparaó, 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, “Projeto Caparaó” - COLTEC/UFMG, Entrevistas 02, 04, 05, 06, 09, 12, 14, 16, 17, 19, 22, 25, 27, 32, 35, 38, 41, 43, 44, 53, 55, principalmente.

<sup>69</sup> Thompson, E. P. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra* (Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987).

<sup>70</sup> Entrevista com MGA, morador de Alto Caparaó, 2000.

<sup>71</sup> Entrevista com HGF, morador de Espera Feliz, 2002.

<sup>72</sup> Análise de entrevistas com moradores de Alto Caparaó, 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, “Projeto Caparaó” - COLTEC/UFMG, Entrevistas 02, 04, 05, 06, 09, 12, 16, 17, 19, 22, 23, 24, 25, 27, 32, 35, 38, 41, 43, 44, 53, 55, principalmente.

aumentava a cooperação entre eles, ao mesmo tempo em que se estreitavam os laços com o próprio lugar.



**Figura 6.** Casa de pedra no PCN. Originalmente construída para abrigar os campeiros. Década de 1950.  
Fonte: IBGE/RJ

A criação de gado no Campo durou décadas e, mesmo com a implantação do Parque, em 1961, as pessoas se recusaram a tirar os animais. Como era uma prática antiga, não aceitaram a proibição. Mesmo assim, com a efetiva instalação do Parque, em 1979, ela foi proibida e os animais retirados do campo<sup>73</sup>.

### 5.3 A “descoberta” do café

Antes mesmo do início do século XX, o café já era plantado nas partes mais baixas de Alto Caparaó, mas em pequena escala. Nas maiores altitudes, o produto não se desenvolvia devido às baixas temperaturas e à incidência de geadas.

No decorrer dos anos, o aumento da temperatura e a diminuição das geadas até 1.200m de altitude, percebido pelos moradores, propiciou uma expansão das plantações<sup>74</sup>.

No entanto, as queimadas utilizadas para preparar a terra se tornaram constantes e o fogo avançava até o pico da Bandeira, principalmente nos períodos secos e com ventos fortes,

<sup>73</sup> Análise de entrevistas com funcionários, antigos funcionários e moradores da região, 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, “Projeto Caparaó” - COLTEC/UFMG. Entrevistas 01, 02, 03, 04, 09, 11, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 25, 26, 32, 33, 38, 43, 44, 45, 51, 52, 54, 55, 56, principalmente.

<sup>74</sup> Análise de entrevistas feitas com antigos moradores da região. 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002. “Projeto Caparaó” - COLTEC/UFMG. Entrevistas 01, 02, 06, 08, 12, 16, 17, 23, 26, 29, 30, 32, 34, 42, 43, 49, 51, 55, principalmente.

Na região do Alto Caparaó, as propriedades cafeicultoras, em sua maioria, eram pequenas. De acordo com Valverde<sup>75</sup>, os cafeicultores de Manhumirim ao Caparaó foram os prenunciadores de um regime de propriedade baseada em pequenos sítios. Por causa disso, na época da colheita, precisavam contratar trabalhadores vindos de toda a região, estabelecendo, assim, novos vínculos.

Depois de colhidos, os frutos eram peneirados, transportados para o terreiro, onde ficavam expostos ao sol durante vários dias. Diariamente, os grãos eram remexidos para secarem por igual. Ao final do dia, eram recolhidos, evitando o sereno da noite ou qualquer possibilidade de umidade<sup>76</sup>.

Até a década de 1960, o café era plantado “morro acima”, em fileiras que seguiam a direção de cima para baixo da montanha (figura 7). O problema desse tipo de plantação era a instabilidade dos solos que, localizados em encostas íngremes, dissolviam-se com a ação das chuvas e desciam a montanha em forma de enxurradas de lama, o que facilitava a erosão.<sup>77</sup>



**Figura 7.** Café plantado morro acima (ao fundo) em Alto Caparaó. Década de 1940.  
Fonte: Acervo do “Projeto Caparaó” - COLTEC/UFMG.

<sup>75</sup> Valverde, *Estudo regional*, 03-88.

<sup>76</sup> Análise de entrevistas feitas com antigos moradores da região, 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, “Projeto Caparaó” - COLTEC/UFMG. Entrevistas 01, 02, 06, 09, 12, 16, 17, 22, 26, 28, 30, 32, 34, 41, 43, 44, 51, 55, principalmente.

<sup>77</sup> Valverde, *Estudo regional*, 03-88.

Em relação ao transporte, os muars eram os mais eficientes para esse tipo de região, onde predominam as formações montanhosas. As mulas figura conseguiram alcançar altitudes impensáveis para os carros de boi, mais eficientes na condução em lugares planos<sup>78</sup> (figura 8).



**Figura 8.** Transporte realizado pela tropa de burros no Parque Nacional do Caparaó. Exemplo de como era o transporte de café pela Serra antigamente. Década de 1990.  
Fonte: Acervo do “Projeto Caparaó” - COLTEC/UFMG.

A ferrovia representou uma verdadeira revolução no sistema de transporte brasileiro e, em consequência, na relação do homem com o que ainda restava de Mata Atlântica. As ferrovias faziam suas próprias exigências à floresta: dormentes e lenha. Além disso, colaborou indiretamente com a devastação da Mata Atlântica, pois permitiu a ligação de lugares longínquos, dando continuidade à agricultura extensiva, principalmente do café<sup>79</sup>.

Na década de 1960, o governo federal financiou produtores dispostos a plantar o café sem intercalar com outros produtos, como era o costume. Além disso, implementou uma nova técnica de plantio – a plantação em curva de nível, ou seja, cada fileira plantada numa determinada curva de nível, na horizontal (figura 9). Os técnicos garantiam que esse novo sistema proporcionaria maior produção, menor erosão e menor desgaste do solo<sup>80</sup>.

<sup>78</sup> Dean, *A ferro e fogo*.

<sup>79</sup> Dean, *A ferro e fogo*.

<sup>80</sup> Análise de entrevistas com antigos moradores da região, 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, “Projeto Caparaó” - COLTEC/UFMG. Entrevistas 01, 02, 06, 12, 17, 22, 28, 41, 44, principalmente.



**Figura 9.** Casa embaixo e cafezal plantando em curva de nível. Década de 1990.  
Fonte: Acervo do “Projeto Caparaó” - COLTEC/UFMG.

Para dar início a essa nova técnica, era preciso erradicar as antigas plantações, uma das condições exigidas para obter o crédito. Dessa forma, o Instituto Brasileiro de Café – IBC acabou por impor o café como monocultura<sup>81</sup>.

Com o plantio de árvores de menor crescimento, grande produtividade e plantadas mais próximas umas das outras, a produção aumentou sobremaneira. Na medida em que o preço do café valorizava, multiplicava o número de pessoas que desistiam das outras culturas para se dedicarem, exclusivamente, à cafeicultura.

Nas últimas quatro décadas, a economia da cidade de Alto Caparaó tornou-se dependente do café: na valorização do produto, a cidade prosperava e nos momentos de extrema desvalorização muitos foram à falência.

Aqui tinha muito terreno com outras culturas e com pastagens. Depois (...) paramos de investir em outras plantações e no gado. Caparaó, a vida dele é o café. Nós todos aqui vivemos do café! Respiramos café!<sup>82</sup>

Pensando também a respeito da diversidade cultural tão apreciada por Freyre<sup>83</sup>, podemos dizer que a monocultura do café acarretou em um empobrecimento cultural. As outras técnicas de cultivo

<sup>81</sup> Projeto Doces Matas. *O trabalho com comunidades rurais no entorno de unidades de conservação* (Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2001).

<sup>82</sup> Entrevista com AEH, morador de Caparaó, 2000.

foram se perdendo ou ficando restritas a poucos produtores. Tudo passou a girar em torno do café, inclusive a prosa na praça do município<sup>84</sup>.

A plantação de café ocasionou outro inconveniente: o Parque, aos poucos, ficou cercado, transformando-se numa ilha de preservação natural. Isso causou graves transtornos à biodiversidade local, já que impossibilitou trocas genéticas de fauna e de flora com espécies de outras regiões, limitando a capacidade alimentar e reprodutiva da fauna. As onças, antes numerosas, diminuíram o seu número. Mesmo outros animais, como o macaco barbado e o monocarvoeiro, que existiam em abundância, tornaram-se mais raros<sup>85</sup>.

#### 5.4. Os embates

Tendo em vista os fatores já apresentados, podemos subentender que os conflitos relacionados ao modo como os atores significaram aquele lugar foram a base da relação entre eles, principalmente após a implantação do Parque Nacional do Caparaó.

Selecionamos episódios representativos dos três principais tipos de embates vivenciados: o primeiro relaciona-se às diferenças de objetivos em relação a Serra; o segundo, à difícil implementação do parque; e o terceiro, às dificuldades de se aplicar a lei.

Em 1960, antes mesmo da criação do Parque, os excursionistas da AMPS já denunciavam a depredação na Serra do Caparaó.

Alguns marcos do IBGE foram destruídos. (...) E até mesmo a Bandeira Brasileira (...) ofertada pelo Centro Excursionista Pico da Bandeira de Alegre, desapareceu. Assim, ao invés de uma ideia de construção, tem imperado uma índole destruidora (...) de vaqueiros sem escrúpulos e falsos excursionistas<sup>86</sup>.

<sup>83</sup> Freyre, Gilberto. *Casa grande & senzala* (São Paulo: Global Editora, 2005).

<sup>84</sup> Análise de entrevistas feitas com antigos moradores da região, 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, "Projeto Caparaó" - COLTEC/UFMG. Entrevistas 01, 02, 06, 09, 12, 16, 17, 22, 26, 28, 30, 32, 34, 41, 43, 44, 51, 55, principalmente.

<sup>85</sup> Análise de entrevistas feitas com antigos moradores da região, funcionários e ex-funcionários do Parque Nacional do Caparaó, 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, "Projeto Caparaó" - COLTEC/UFMG. Entrevistas 01, 02, 03, 06, 09, 13, 16, 17, 23, 27, 29, 32, 41, 43, 46, 51, 53, 55, principalmente.

<sup>86</sup> AMPS. *O excursionismo em Alto Caparaó*. Divulgação popular da Associação dos Moços de Presidente Soares - AMPS (Manhumirim: Gráfica A União. 1960).

A análise desse manifesto e das entrevistas<sup>87</sup> mostra que havia um embate entre excursionistas e moradores da região. Por um lado, a AMPS acusava os campeiros de destruírem as benfeitorias prejudicando o turismo. Por outro lado, os criadores afirmavam que não eram responsáveis pela destruição, mas que, ao contrário, mantinham tudo limpo e organizado, não porque atrairia visitantes e sim devido à importância daquelas instalações para o trabalho que desempenhavam na serra.

Apesar de não estar explícito em nenhum documento pesquisado, podemos supor que os excursionistas lutavam pela criação de área de preservação sem moradores. A ausência de uma posição mais clara a respeito disso nos levou a concluir que eles não queriam se indispor ainda mais com a população local antes mesmo da criação do Parque.

Já a relação dos excursionistas com o governo federal se tornou tensa depois de 1961. Acusavam as autoridades de omissão no que se refere à preservação do patrimônio natural, pois a falta de verbas para garantir a infraestrutura não fora disponibilizada, nem mesmo anos após a implantação do parque. Até os funcionários do parque reclamavam do descaso do poder público, que impedia, nas suas duas primeiras décadas, a conciliação preservação da natureza com o turismo. Nesse contexto de desamparo governamental, a depredação frequente e de difícil controle, como o desmonte das benfeitorias de madeira para o uso nas fogueiras, pichações e muito lixo jogado pelo parque, era uma constante. Com o número sempre insuficiente de funcionários era praticamente impossível reverter esse quadro e a solução adotada várias vezes foi fechar o parque à visitação<sup>88</sup>.

Entretanto, de todos os embates ocorridos, os mais contundentes foram travados entre funcionários e população local. Foram necessárias algumas décadas para minimizar as divergências entre eles. Um dos principais motivos era o descumprimento da legislação em vigor por parte dos moradores do entorno. De acordo com antigos funcionários, o Código Florestal de 1965 era o mais importante instrumento legal que dispunham para a defesa do meio ambiente. Visto que o trabalho de parte deles era fiscalizar as ações dos homens no meio ambiente, evitando a degradação do parque e

<sup>87</sup> Entrevistas do arquivo do “Projeto Caparaó” - COLTEC/UFMG. Principalmente as entrevistas 18, 46 e 50.

<sup>88</sup> Ainda hoje vários parques nacionais e estaduais em Minas Gerais estão fechados à visitação por não terem a infraestrutura necessária, nem a quantidade de funcionários suficientes.

punindo o descumprimento das normas, era necessário amparo legal para poder realizá-lo. Contudo, o Código era falho, pois apresentava multas em forma de portarias, permitindo a realização de requerimentos de anulação das multas por parte daqueles que eram flagrados depredando a natureza. Muitos eram autuados e multados dezenas de vezes pelo mesmo delito sem que a punição se cumprisse, pois recorriam à Justiça e venciam a causa, devido às muitas brechas existentes na lei. Como resultado, os responsáveis pela fiscalização ficavam frustrados e descrentes em relação à população local<sup>89</sup>.

Neste contexto, mesmo quando o Parque foi efetivamente implementado, em 1979, e os moradores retirados<sup>90</sup>, as pessoas da região continuavam a ser vistas pelos funcionários como “degradadores ambientais em potencial”. Os moradores, por sua vez, enxergavam os funcionários como forasteiros que vieram com o intuito de proibir práticas já enraizadas em suas vidas, forçando-os a reinventar suas relações com a região. Toda essa tensão gerou hostilidade entre os dois grupos<sup>91</sup> e teve como resultado o aumento substancial das queimadas, problema constante na história do parque<sup>92</sup>. Alguns incêndios eram acidentais, pois ao colocarem fogo em terrenos vizinhos ao Parque, muitas vezes ele saía do controle penetrando nas fronteiras do Parque. Mas, a grande maioria dos incêndios era proposital.

Então muitos ainda faziam fogo, queimavam, colocavam fogo fora do Parque para entrar no Parque, revoltados com a situação de ter criado o Parque.<sup>93</sup>

A tentativa de solução dos conflitos com a comunidade, a partir de meados da década de 1990, passou pela formação de parcerias: em um primeiro momento, terceirizando o transporte por muares nas dependências do parque e, posteriormente, junto a universidades públicas, com projetos focados na relação do parque com o entorno.

<sup>89</sup> Análise de entrevistas com antigos funcionários do PCN, 2002, “Projeto Caparaó” - COLTEC/UFMG. Entrevistas nº 18, 31, 33, 46, 54, 33, principalmente.

<sup>90</sup> Em terras pertencentes a Alto Caparaó.

<sup>91</sup> Análise de entrevistas com antigos moradores, funcionários e ex-funcionários do PNC, 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, “Projeto Caparaó” - COLTEC/UFMG. Entrevistas 01, 02, 03, 04, 08, 09, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 31, 32, 41, 43, 44, 50, 51, 56, principalmente.

<sup>92</sup> Algumas destas queimadas foram documentadas em relatórios administrativos do Parque Nacional do Caparaó e levadas a público pela mídia, mas outras ficaram perdidas, sem registro.

<sup>93</sup> Entrevista com JAS, ex-funcionário do PCN, 2002.

Aos poucos, as práticas administrativas foram se transformando, tornando mais estreitas as relações com a população local, que foi incentivada a colaborar com a preservação<sup>94</sup>. O objetivo era fazer com que as pessoas se sentissem parte daquele projeto e percebessem que a preservação daquela área<sup>95</sup> poderia ser ecologicamente útil e economicamente viável.

O crescimento do número de visitantes entre 1977 e 1996 foi superior a 1.000%<sup>96</sup>. Vendo este novo mercado se abrir como um filão, alguns moradores passaram, então, a investir no turismo. O resultado foi o aumento da preocupação por parte da população com a preservação do Parque. Aos poucos, uma legislação mais severa, um melhor aproveitamento do turismo e a formação de parcerias fizeram com que o contato entre funcionários e moradores se tornasse mais amistoso.

### **Considerações finais**

Se considerarmos um lugar como construção social e cultural, passível de múltiplos significados que dependem da interação que os diferentes sujeitos com ele estabelecem, então podemos dizer que Serra do Caparaó deve ser assim compreendida. Representação da relação entre sociedade e natureza e, inquestionavelmente, produto da experiência humana, tanto no âmbito das ações concretas, quanto no das ideias, seu sentido se constitui nas relações sociais e afetivas que lhe atribuem sentido.

Analisando a relação dos atores com a Serra do Caparaó percebemos que os olhares do governo federal, dos excursionistas e da comunidade local em alguns momentos se aproximaram, em outros chegaram a ser antagônicos.

O governo federal entendeu aquele espaço como patrimônio público. O parque foi criado nos mesmos moldes do primeiro parque nacional do mundo, o Yellowstone, e tinha como objetivo “proteger” a Serra e o pico da Bandeira, considerado o ponto mais alto do Brasil, na época. O Parque Nacional do Caparaó, como os parques criados até então, servia como local de lazer para a população e de estudo

---

<sup>94</sup> Os funcionários do parque participavam de eventos nas cidades do entorno, ministravam palestras educativas, visitavam as escolas, organizavam passeatas, etc.

<sup>95</sup> Análise de entrevistas com antigos moradores, funcionários e ex-funcionários do Parque. 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002. “Projeto Caparaó” - COLTEC-UFMG. Entrevistas 01, 02, 09, 16, 17, 18, 31, 33, 38, 41, 43, 44, 50, 51, principalmente.

<sup>96</sup> MMA. IBAMA. *Plano de ação emergencial do Parque Nacional do Caparaó* (Brasília: MMA, IBAMA, 1995).

para as instituições científicas. Mais do que isso, ganhava tons nacionalistas: “amar a natureza” significava “amar a pátria”.

Já os excursionistas entenderam aquele lugar como natureza a ser preservada, servindo de atrativo para os turistas, trazendo novas divisas. Dessa forma, a região ficaria menos dependente do café. O objetivo desse grupo não deixava de ser pragmático. Para eles, a preservação da Serra do Caparaó era imprescindível, não por seu valor intrínseco como natureza, mas por seu valor como um polo de atração turística. Se os dois fatores pudessem andar juntos, melhor ainda. Assim, a relação com a natureza permaneceria utilitarista, mudando apenas o modo como ela seria utilizada – antes, para o extrativismo, a criação de gado e as culturas agrícolas; agora, para o turismo.

O Parque, em princípio, frustrou os anseios dos excursionistas. Entretanto, posteriormente, a expectativa da AMPS de transformar aquela região em polo turístico acabou se efetivando, contando mesmo com o envolvimento dos moradores. Porém, o café nunca deixou de ser a principal atividade econômica da região.

A relação da população local com a Serra era utilitária. O lugar era visto como meio de sobrevivência. Mais que isso, essas pessoas, de maneira mais significativa que os dois atores anteriores, desenvolveram uma ligação afetiva com a terra. O cenário que serviria de atração para os turistas fazia parte das vivências diárias dessas pessoas.

Podemos considerar que a criação do Parque restringiu importantes práticas de sociabilidade e solidariedade daquelas pessoas ligadas à região. O modo de vida que conheciam desapareceu e elas foram obrigadas a reinventar suas relações com o espaço e uns com os outros.

Com o tempo, a população se adaptou à nova realidade e passou a investir no turismo, como tanto almejavam os excursionistas. O parque conta com uma boa infraestrutura e o sistema de parcerias tem dado bons resultados, de acordo com o governo federal. Além disso, o fundador da AMPS, que construiu o primeiro grande hotel próximo à entrada do PERD, diz não se arrepender de ter apostado na vocação turística da Serra.